

## 2

# Notas sobre a atemporalidade da acumulação primitiva de capital

### 2.1

#### Historicidade do capitalismo

O capitalismo é histórico. Isso é algo que, hoje em dia, em época de pós-colapso da esquerda, é necessário lembrar de vez em quando. Ele é histórico ainda que seu fim não esteja pré-programado: é histórico não porque vai necessariamente acabar, mas porque necessariamente começou – e não foi do nada. É que, exceto para profissionais do marxismo ou da puxa-saquisse, a discussão sobre o que o capitalismo é, o que o capitalismo foi, e o que ele vai se tornando, perdeu aquela dimensão de seu interesse que se sustentava em teorias *a priori* da superação pré-programada do capitalismo ou da sua atemporal permanência (combinada ou não à sua docilização): por um lado, o capitalismo não compareceu ao seu próprio enterro e, por outro, sua hegemonia ideológica atingiu graus tão absolutos que o funcionamento do sistema chegou ao ponto de dispensar soberbamente sua própria apologia. Mas ainda que o capitalismo tenha continuado e se universalizar, a civilização – antes ocidental, hoje planetária – continua acumulando escombros, para a inteligibilidade dos quais é tanto mais difícil achar uma teoria melhor que aquela que versa sobre o capitalismo e sua crítica, quanto é mais difícil olhar o monstro nos olhos (ao invés de espernear em seus intestinos) e chamá-lo pelo nome.

Com isso, se quer anunciar que o presente ensaio reconhece a futilidade – e se furta ao mico – de apresentar a si próprio sob o signo da vantagem histórico-metodológica de um momento propício à crítica do capitalismo. A propiciosidade não é um pedaço da teoria: ela ou bem a antecede, ou não existe, mas certamente não faz parte dela. Os ensaios sobre o capitalismo – na verdade, os ensaios em geral – não precisam de introdução. Eles são facas só lâmina sem punho de madeira: se não se sustentam pela força de seu efeito cognitivo (algo que, infelizmente, só se pode descobrir depois de lê-los até o fim), nada poderá ajudá-los ou recomendá-los. O esforço de justificar teoricamente a abordagem teórica é

ou bem um vício daqueles que só se permitem falar das coisas na medida em que têm a chance de, depois, limpar a consciência de qualquer ofensa a elas – transformando o método em papel higiênico – ou bem o desencadeamento involuntário e algo ridículo de um hábito adquirido pela consciência a marteladas, da mesma ordem que aqueles pedidos de desculpa que proferimos por reflexo quando alguém nos pisa o pé.

Assim, é verdade que a pilha de escombros só faz crescer, e todos a têm a não mais que um palmo diante do nariz; mas essa proximidade forçada engendra, ao mesmo tempo, uma espécie mórbida de intimidade e uma curiosidade febril e urgente. A teoria deve vir responder a esse anseio perplexo que ela não inclui, dessa forma mantendo sua semelhança para com a fantasia no nível meramente externo, e permitindo que seu núcleo duro, onde o sofrimento e a desgraça do real ganham expressão, possa vir a ter serventia no sentido do desvendamento das aparências perplexantes. Por outro lado, na medida que o sofrimento e o anseio por respostas é cada vez menos desembaraçável da imersão completa, a teoria que quer criticar tende a padecer de uma esquizofrenia a priori, que faz as vezes de método transcendental: ela tende a uma semelhança horrenda com o modo de ser das coisas, e sua unidade orgânica com a realidade reverte em uma falta de unidade interna. O que determina essa cisão na teoria é o fato de que o fundamento da sociedade perplexante – seu mecanismo de reprodução material – está separado do resto da sociedade que, por isso mesmo, se torna opaca (e é evidente que mesmo essa reflexão não pode ser se não um produto de um esforço teórico de crítica à sociedade capitalista, o que aponta, quiçá, para a vacuidade artificiosa das separações entre teoria e objeto, observação e elaboração, momento empírico e momento especulativo, etc). Como, ao mesmo tempo que se aliena do resto da vida social, a forma de reprodução material o condiciona de maneira cada vez mais brusca, onipotente e micrológica, ela tende a aparecer em todo discurso a respeito do real, mas de forma cifrada. Só que o contrário não é verdadeiro: quando o que se quer combater é exatamente essa cifragem, então o que se passa é que o resto da vida desaparece. A teoria a respeito do mecanismo de reprodução material – a crítica da economia política – é um discurso que está perfeitamente em casa consigo mesmo, é a terra-pátria da verdade onde o não-essencial ou bem não entra ou então é imediatamente calcinado pelo raio-X da essência, a qual, assim, se afirma mais ainda como verdade absoluta. Tão absoluta que não permite

trajetória possível que a ligue com o que é a ela relativo. E não é a toa que as tentativas de conectar o núcleo duro e auto-encerrado da realidade capitalista com o resto da vida social acabam assumindo a forma de teorias (políticas ou culturalistas) desesperadas que apregoam uma continuidade fantástica, predeterminada e ontológica entre as duas esferas.

Em outros termos: o fato social da alienação do mecanismo de reprodução material – a constituição da economia como uma esfera à parte – se faz sentir na forma da teoria, na qual os momentos que falam de economia estão isolados dos momentos que falam de outras coisas. Só que a recíproca não é verdadeira: os momentos que falam de outras coisas estão terrível e implacavelmente ligados aos momentos que falam de economia – algo que foi expresso pelo conhecido axioma da determinação em última instância pelo material, embora não se sustente nele. Mas é só por isso que a crítica – do que quer que seja – que tem como ponto de fuga a crítica do capitalismo tem a possibilidade de ir mais além da ranhetisse, de vislumbrar a historicidade específica dos problemas, de enquadrá-los em contextos complexos que permitem a expressão da frustração diante de sua inexorabilidade e da impotência, diante delas, de instituições tais como o indivíduo, a ética, a justiça, a filosofia, a sociedade civil, a teoria – impotência essa que, então, também pode aparecer com um rigor mais abrangente que aquele do pessimismo dos que estalam as línguas nas filas de banco ou sacodem sonhadoramente a cabeça ao desviarem os olhos de um livro de Heidegger para contemplar os corredores de alguma universidade pública. Em última análise, a autocentralidade assustadora desses contextos complexos – o fato de que a economia não tem brechas, e de que tudo que ela expressa só ela pode expressar, e só é expressão dela – pode permitir àqueles que conseguirem agüentar a dolorosa humilhação – olhar a morte nos olhos e sobreviver, como diria Hegel – o vislumbre do fato de que a economia como um todo tem que ser abolida, e que não há vida possível (e muito menos boa teoria) enquanto houver capitalismo.

## 2.2 Caracterização geral do capitalismo

Capitalismo é produção e acumulação de mais-valia, e transformação de mais-valia em capital, ou seja, em meios sempre maiores e mais avançados de produzir e acumular mais-valia. Essa é a *forma* do capitalismo, sua estrutura lógico-abstrata. Para ir além dessa definição é preciso dizer o que é mais-valia; mas, para isso, é preciso ir além da forma do capitalismo, já que a mais-valia é uma possibilidade histórica, e não uma entidade lógica: ela implica uma luta contínua (e massacrante) com o lado de fora do capital mesmo e, por isso, não pode ser definida exclusivamente em termos do capital. Porque mais-valia é o trabalho excedente que é trabalhado ainda que não seja imediatamente necessário para a subsistência. E esse excedente torna-se sistematicamente possível apenas devido a desenvolvimentos técnicos, os quais incluem tanto métodos produtivos e aparelhos de produção quanto mecanismos de controle e opressão capazes de forçar e acostumar as pessoas a trabalharem mais do que o necessário. A disponibilidade concreta desses desenvolvimentos técnicos, por sua vez, só se torna possível através de empreendimentos pré-capitalistas capazes de gerar excedentes. A atividade desses empreendimentos é o que Marx chamou de “acumulação primitiva”, discutida na Parte VI do Volume 1 d’*O Capital*, e envolve a pilhagem das civilizações pré-colombianas, o tráfico de escravos africanos, o confisco de terras nas metrópoles, a desarticulação das estruturas não-capitalistas de produção, o controle rígido e violento dos salários. Sobre os espólios dessa truculência, foram erguidas as possibilidades técnicas de produzir mais em menos tempo, e erguidas de tal maneira que essas possibilidades não chegaram a ser historicamente empregadas no sentido de racionalizar a quantidade de trabalho em função das necessidades de consumo dos frutos desse trabalho, mas sim no sentido da possibilidade de se acumular trabalho – sendo justamente esse trabalho acumulado a mais-valia.

É importante ressaltar a especificidade desse ângulo de observação do capitalismo, que é como que um ângulo indiscreto, o qual permite enxergar as cores da sua roupa de baixo: o esforço por caracterizar o capitalismo como uma entidade histórica, uma coisa que começou, exige que compreendamos concretamente as relações que o capitalismo trava com o que o capitalismo não é.

Aliás, é a visibilidade dessas relações, as quais saltam aos olhos com seu conteúdo intrinsecamente violento, que vem sugerir a profunda transformação social em que consistiu a emergência do capitalismo – alteração essa que de forma alguma deixou de ser percebida por aqueles que passaram por ela, como testemunha a cultura europeia da Modernidade<sup>1</sup> – e que, para início de conversa, pede pela caracterização do capitalismo. Se, na presente altura do campeonato, os tons apoteóticos e apocalípticos desse testemunho já saíram de moda, isso não se deve a que as transformações violentas tenham terminado, mas sim a que não sejam mais testemunhadas como transformações: vive-se hoje na constância aloprada do caos como regra. Isso, entretanto, é só uma razão a mais para, com um esforço de memória, combinado a um esfregar dos olhos cansados, voltar-se a encarar a historicidade perpetuamente abrupta do capitalismo. O martírio repetitivo da exposição a essa historicidade calcinou nossa habilidade de perceber; mas essa calcinação é a prova de que a repetição continua.

### 2.3 Acumulação primitiva

A acumulação primitiva é o nome retrospectivamente associado à constituição histórica da possibilidade da acumulação capitalista. A acumulação capitalista é acumulação de mais-valia através da compra de força de trabalho; a acumulação primitiva é aquela que funciona no sentido de *permitir* a compra de força de trabalho com fins de gerar trabalho excedente acumulável, o que depende do “divórcio entre o produtor e os meios de produção”<sup>2</sup>. Em grande parte, esse divórcio, que gerou a população de proletários “livres” para vender sua força de trabalho, consistiu na destruição dos vínculos com a terra e com as relações de propriedade comunal que regiam (indelevelmente?) esses vínculos. A forma de

---

<sup>1</sup> Tanto Hobsbawm, no seu *A Era das Revoluções*, quanto Marshall Berman, no seu já antigo *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar*, esforçaram-se por caracterizar a cultura da segunda metade do século XIX, com seus valores da aventura, da expressão, do triunfalismo, do empreendedorismo, do indivíduo, da liberdade, do romantismo, etc., enquanto manifestações pró e contra a violência dessas transformações.

<sup>2</sup> K. Marx: *Capital*. Volume 1. Trad.: B. Fowkes. London: Penguin Books, 1990. (Daqui em diante, essa obra será referida simplesmente como, “*Capital I*”). Parte 8, Capítulo 26, “O segredo da acumulação primitiva”, p. 875.

reprodução social que está pautada na pequena propriedade agrária, ou nos espaços comuns de cultivo, ou numa relação entre ambos, funciona em termos de operações visando a satisfação de necessidades através de processos de trabalho imediatos: a produção e a satisfação se dão prioritariamente no mesmo espaço e com o emprego de recursos, aparatos e instrumentos disponíveis nesse espaço, ao qual se tem acesso, quando muito, mediante o pagamento de impostos que, de todo modo, são pagáveis justamente através da lida com o tal espaço. A introdução de processos capitalistas de produção pode ser percebida como o rompimento dessa ligação direta entre as necessidades e a capacidade social de satisfazê-las<sup>3</sup>. Por isso – ou seja, uma vez que envolvia uma perda material concreta e palpável, e não apenas algum condenável apego às presumidamente rígidas e irracionais tradições feudais – esse rompimento, longe de ter se dado de forma espontânea, envolveu o exercício de violência: a expulsão do camponês da terra, através de artifícios legais, semi-legais, ou explicitamente brutais. “Derrubaram-se igrejas e casas, e números assombrosos de pessoas foram desprovidas dos meios com os quais manterem a si mesmas e às suas famílias.”<sup>4</sup>

É claro que esses verdadeiros feitos de longo prazo – como a substituição dos títulos feudais por títulos de propriedade privada moderna, e a redução da população agrária com conseqüente aumento do futuro proletariado, essa massa cuja única alternativa é procurar obter seu sustento não mais de forma direta, mas *mediante* a venda de sua força de trabalho – não podem ser lidos como dotados de uma relação estritamente e simplesmente causal no que diz respeito à determinação da possibilidade das relações capitalistas de produção. Trata-se, aí, de um lusco-fusco do conceito: é acumulação, mas é primitiva; é primitiva, mas não é independente do capital. É fundamental compreender essa lógica que faz da acumulação primitiva um fenômeno ao mesmo tempo primitivo e contemporâneo ao capitalismo. No caso dos *inclosures* na Grã-Bretanha – o longo processo de apropriação privada das terras e extinção do *yeomanry*, que precisou de três séculos para se completar –, a infância das relações capitalistas de produção são tanto o motivo quanto o resultado de tais manifestações de acumulação primitiva.

<sup>3</sup> O problema, aqui, é que não se pode resistir inteiramente à tendência subjetiva de formar uma imagem idílica do que quer que estivesse lá antes do capitalismo. É verdade que esse elemento idílico não faz justiça às formas específicas de alienação e dominação que, é claro, não são invenções capitalistas; porém, ele ressalta a gigantesca reviravolta introduzida pelo capitalismo na relação com a natureza e com as necessidades materiais.

<sup>4</sup> Esse é Francis Bacon escrevendo sobre os *inclosures* de 1489. Apud, *Capital I*, p. 880.

A partir do século XVI, a manufatura de lã estimula a conversão das terras onde os camponeses subsistiam em pastos ou espaços de produção de matéria-prima para a manufatura. A produção capitalista em estado lactente, ao mesmo tempo que garante seu alimento imediato, planta as possibilidades de sua expansão futura: os ataques à vida camponesa criam uma população livre forçada a vender sua força de trabalho, e também uma legião de miseráveis, excedentes em termos da demanda da indústria nascente, que ao mesmo tempo garantirão termos desfavorável para a venda da força de trabalho<sup>5</sup>. Essa mesma simultaneidade estranha entre o pré-capitalismo e o já-capitalismo ocorre no âmbito subjetivo da acumulação – ou seja, no interior da (futura) empresa. O dinheiro que um dia se torna capital não foi sempre capital: pode ser acumulado das maneiras mais diversas, criando porcos, assaltando estradas, desenterrando tesouros, trocando espelinhos por escravos, e – sobretudo na fase liberal, mas ainda hoje, com o mito do “tornar-se pequeno empresário” – inclusive através da venda da força de trabalho para outros capitalistas. “A acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através da produção de mais-valia são, em outras palavras, não apenas fases *sucessivas* da história econômica, mas também processos econômicos *concomitantes*.”<sup>6</sup>

## 2.4 Troca desigual

Além da pilhagem e expropriação direta – e não raro combinado com elas –, o dispositivo empírico-histórico que ocasiona o contato entre o capital e o que ainda não é capital é o comércio colonial. A forma determinante desse comércio, no sentido da caracterização da acumulação primitiva histórica, é a penetração

<sup>5</sup> Vale notar, aliás, que esses miseráveis excedentes chegam a tal número que acabam exigindo o surgimento de leis de “bem estar social” – as *Poor Laws* –, desde então já convenientemente amparadas por leis brutais especiais contra a mendicância, contra a vadiagem, etc. Essa situação reflete não apenas a limitada demanda quantitativa da tal indústria adolescente, mas também traduzem o tamanho do impacto desorientador sobre a vida das pessoas que foi (e continua sendo) a introdução modo de produção capitalista, do advento da mediação da venda da força de trabalho como modo único de garantir a subsistência, uma novidade história que demora a ser naturalizada pelo “ser humano que nasce livre” – e que, mesmo quando naturalizada, não resolve seu efeito desorientador – como testemunha a contínua apologia pós-moderna do modo-de-ser maluquinho.

<sup>6</sup> E. Mandel: *Late Capitalism*. Trad.: J. De Bres. London: New Left Books, 1975. (Daqui em diante, essa obra será referida como “*Capitalismo Tardio*”). p. 46.

destrutiva dos produtos manufaturados em regiões onde o que predomina é a produção com métodos comparativamente rústicos. E essa comparação é fundamental: a condição objetiva da penetração das mercadorias capitalistas – ou seja, das mercadorias produzidas como resultado da exploração da mercadoria força de trabalho – é a equiparação entre o não-capital e o capital, comparação essa que, para o lado do capital, obviamente se torna viável e digna de interesse apenas na medida que pode ser expressa em termos de uma mercadoria passível de ser reincorporada no processo de acumulação que tem lugar no território de origem do capital. Na época áurea do mercantilismo europeu, na qual se pode ler vários dos caracteres determinantes da acumulação primitiva, essa mercadoria, por excelência, era o metal precioso que funcionava como equivalente universal; mas todo estudante do ensino fundamental dos países periféricos<sup>7</sup> ouve falar dos ciclos econômicos do período colonial, e sabe que a mercadoria metal precioso foi apenas uma entre muitas das protagonistas da história de nossa infância.

É evidente que, para que faça sentido o projeto mercantilista de acumulação de riqueza como acumulação de mercadorias e metal precioso, a própria equiparação entre o capital e o não-capital que a mercadoria trocada à metrópole vem possibilitar precisa ser uma equiparação desigual, fundada numa troca desigual. E essa desigualdade, para possibilitar a acumulação de valor pela metrópole, deve ser tal que faça com que a mercadoria obtida à colônia pela metrópole em troca de produtos manufaturados não valha o mesmo que esses produtos manufaturados, mas sim menos que eles. Ora, essa troca desigual é possível justamente porque a(s) mercadoria(s) que ela envolve são produzidas de maneira diversa no espaço capitalista (a metrópole, ou o centro) e no espaço não-capitalista ou precariamente capitalista (a colônia, ou a periferia). Dizer que há menos valor nas mercadorias da colônia que nas mercadorias da metrópole significa dizer que o processo de produção da mercadoria cria e transfere mais valor para a mercadoria na colônia do que na metrópole (sendo que, é claro, não se está falando de uma mercadoria individual qualquer, mas da massa de mercadorias cuja equivalência (truncada e desigual) é o lugar do contato entre o centro e a periferia). O capitalismo, obviamente, não é um modo de troca, é um modo de reprodução social. E a sociedade não se reproduz por trocas: ela se

---

<sup>7</sup> Pelo menos nos bons tempos dos anos 80, dominados ao mesmo tempo pela idéia fixa do desenvolvimento nacional e a prática inabalável da rifa da alma ao capital estrangeiro...

reproduz, primeiramente, através de uma maneira de perpetuar – de forma mais ou menos precária, destrutiva, horripilante e contingente – a existência material das populações. E a existência material das populações depende prioritariamente da produção. A troca desigual como dispositivo imediatamente visível do funcionamento sistêmico do capitalismo precisa aparecer em termos da produção capitalista – cuja lógica oculta, por sua vez, aparecerá mediada, então, pelo imediatamente visível.

O processo intelectualivo que torna a troca desigual colonial pré-capitalista compreensível em termos da produção material passa, entretanto, curiosamente, por uma expansão da argumentação sobre a própria troca desigual. Porque é preciso reconhecer que a base da acumulação capitalista *tout court* é uma troca desigual: o pagamento do salário é a troca de uma quantidade de valor sob a forma da mercadoria dinheiro, o equivalente universal, por uma quantidade de trabalho que corresponde não ao trabalho necessário para a produção do valor incorporado na quantidade de dinheiro do salário, mas, isso sim, ao trabalho necessário para a reprodução da força do trabalho, o qual é necessariamente menor que aquele. Como o modo capitalista de reprodução social é caracterizado pela acumulação de valor sob a forma de mais-valia, mais-valia essa que é acumulada através da compra da força de trabalho, há que se dizer que o capitalismo está baseado na troca desigual. De fato, essa afirmativa ligeiramente generalista é verificada em vários dos mecanismos especificamente capitalistas. Assim, tendo essa modalidade fundamental de troca desigual em mente, é preciso preparar-se para discutir as demais construindo a noção de que a desigualdade da troca, no capitalismo, não é um acidente de percurso, nem mesmo uma falha sistêmica, mas é a régua fundamental da equivalência. A desigualdade da troca é a equivalência capitalista: a quantificação do tempo de trabalho através do valor não é lograda pela desigualdade da troca realizada como pagamento do salário; essa quantificação funda a relação social que se realiza através do salário.

Entretanto, diante do fato da troca desigual ocasionada pelo pagamento do salário, e atestada pela existência da mais valia, é necessário perguntar o que é que a possibilita – ou, em termos mais específicos: o que possibilita que o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho seja menor que um trabalho qualquer a ser comprado pelo capitalista, e consumido na produção de mercadorias. Evidentemente, a resposta a essa pergunta não pode ser buscada

através de uma tentativa de comparar o valor das mercadorias trocadas – o dinheiro-salário, de um lado, e a força de trabalho do outro –: afinal, empiricamente, o salário é quanto o trabalho vale. O problema só aparece numa luz adequada quando se leva em conta os adventos técnicos<sup>8</sup> que marcam a alvorada do capitalismo, e se considera que, sob a ótica das necessidades daquele que trabalha, esses adventos poderiam ter diminuído seu tempo de trabalho. Ao contrário de funcionar assim, os adventos técnicos aparecem, no esquema da produção capitalista, como um modo de intensificar o trabalho: ao contrário de menos trabalho, o que a máquina proporciona ao capitalista – tão logo ele a tenha alimentado com músculos e miolos humanos – é a possibilidade de obter mais trabalho em uma mesma quantidade de tempo (e não de obter o mesmo trabalho em uma quantidade menor de tempo). A troca desigual que é resultado da mais-valia, portanto, está atrelada a um mais-trabalho, e a medida desse mais-trabalho é a diferença entre, de um lado, a quantidade de trabalho que o trabalhador teria que despender para sobreviver e, de outro, a quantidade de trabalho que resulta de sua luta com a máquina. Ora, a quantidade de trabalho que o trabalhador teria que despender para sobreviver poderia ser traduzida em termos do valor dos bens de consumo que ele tem que consumir para sobreviver. De modo que esse raciocínio, no fim das contas, quer falar do mais-trabalho em função da diferença entre o valor das mercadorias produzidas através da compra do salário e o valor da força de trabalho que o salário tem que comprar, de modo que o raciocínio só se completa se o estendermos também sobre a força de trabalho: não basta, é claro, perguntar pelo porquê do valor relativamente maior das mercadorias produzidas com ajuda mecânica sem perguntar pelo porquê do valor relativamente menor da mercadoria força de trabalho. Como determinar o valor da mercadoria força de trabalho é determinar o valor das mercadorias que permitem sua reprodução, segue-se que o valor das mercadorias que permitem a reprodução da força de trabalho precisa ser menor do que o valor das mercadorias que o proletário produz. E essa formulação contém a possibilidade um tanto cômica de uma paradoxal e estranha recursividade: não seria preciso aplicar o mesmo raciocínio sobre as mercadorias que permitem a reprodução da força de trabalho, dizendo-se,

---

<sup>8</sup> São as máquinas, é verdade, mas não apenas as máquinas: o auxílio mecânico na produção não vem separado da introdução de métodos e disciplina que, abstratamente, independem da máquina, mas que, historicamente, estiveram sempre lado a lado com ela, pelo menos quando o que importa é medir o mais-trabalho e acumular mais-valia.

então, que seu valor tem que ser menor que o valor das mercadorias que reproduzem a força de trabalho necessária para a sua produção? Com um pouquinho de esforço, percebe-se que o sentido dessa recursividade é uma relação cada vez menor entre o valor da força de trabalho (ou seja, o valor das mercadorias necessárias para sua reprodução) e o valor das mercadorias que ela é capaz de produzir.

O valor total de uma massa de mercadorias é determinado pelo valor da força de trabalho tanto quanto pelo valor dos meios de produção (matérias primas e (desgaste do) maquinário), empregada na sua produção – sendo que esses componentes, sob a ótica do investimento capitalista, referem-se respectivamente, como é sabido, ao capital variável e ao capital constante<sup>9</sup>. Em vista disso, a diferença entre o valor de uma massa qualquer de mercadorias produzidas e o valor da quantidade de mercadoria força de trabalho consumida na sua produção (valor esse que – não custa nada repetir – é igual ao valor das mercadorias que os trabalhadores consomem para se reproduzir) é forçada a reaparecer enquanto uma diferença entre as relações entre capital constante e capital variável que marcam a produção das mercadorias consumidas pelos trabalhadores, por um lado, e as produzidas por eles, por outro. Ora, a relação entre capital constante e capital variável é expressa pelo conceito de composição orgânica<sup>10</sup>. Pode-se dizer, portanto, constelando numa frase as diferentes e meteóricas aparições conceituais mais recentes, que a possibilidade matemático-econômica do pagamento dos salários está, *a princípio*<sup>11</sup>, fundamentalmente amparada em uma diferença entre a composição orgânica de capital do setor que produz as mercadorias necessárias à

<sup>9</sup> C.f. *Capital 1*, Parte 3, Capítulo 8, “Capital Constante e Capital Variável”.

<sup>10</sup> As definições de Marx (C.f. *Capital 1*, Parte 7, Capítulo 25, Seção 1, “Uma crescente demanda de força de trabalho acompanha acumulação se a composição de capital permanece a mesma”) e os empregos marxistas dos conceitos dos tipos de composição de capital são variados, e às vezes equívocos e contraditórios, mas aquilo de que se está falando é suficientemente claro para estimular o presente autor a dispensar uma discussão da recepção do conceito e proceder diretamente à caracterização – como sempre, rapsódica – do objeto. Vale, de qualquer forma, citar a definição de Mandel, já que é sobretudo nas concepções desse autor que a presente exposição está amparada: “a relação técnica ou física entre a massa de maquinário, matérias primas e valor necessário para produzir mercadorias a um determinado nível de produtividade, e a relação *de valor* entre o capital constante e o capital variável determinadas por essas proporções físicas.” (*Capitalismo Tardio*, p. 595).

<sup>11</sup> É que deve haver, ao longo da história, outros fatores que condicionam o *preço* da força de trabalho, tais como a tal da luta de classes, guerras que dizimam a população apta ao trabalho, enchentes que destroem as plantações de arroz ou uma temporada amena que aumenta a produtividade dos campos de trigo, etc., etc.

reprodução da força de trabalho e a composição orgânica do setor onde a força de trabalho é consumida para produzir mercadorias.

## 2.5 Desenvolvimento desigual

A composição orgânica do setor que produz os bens de consumo e subsistência para trabalhadores de um outro setor determinado deve ser sempre menor que a composição orgânica desse setor onde a força de trabalho é consumida. Esse raciocínio inclui, obviamente, o setor que produz os bens de consumo e subsistência para os trabalhadores, no qual trabalham outros trabalhadores que necessariamente deverão consumir bens de consumo e subsistência produzidos sob uma composição orgânica ainda menor, e assim sucessivamente. Parece que essa espiral que exige composições orgânicas cada vez menores só pode terminar em espaços em que a proporção entre capital constante e capital variável é muitíssimo pequena: espaços em que quase não há investimento em maquinário nem em organização e intensificação do trabalho, ou seja, onde a marca social específica da *produção* capitalista não chegou – mas que, por outro lado, são espaços que estão em contato constante com a produção capitalista: ou, em outros termos, onde a força de trabalho para o mercado capitalista pode ser reproduzida fora das exigências da acumulação capitalista. Tratam-se de idílicas e primitivas fazendas de braços e miolos humanos. Ora, espaços como esses são justamente os que marcam a periferia do capitalismo desde as suas priscas eras: periferias feudais a serem sugadas e destruídas, populações subsistindo à base de métodos antigos, obsoletos e precários de produção, trabalhadores cujo salário pode ser suficientemente baixo já que sua reprodução não inclui a necessidade ou possibilidade da criação de uma economia de acumulação lá no lugar onde essa reprodução se dá. A importância da persistência da periferia agrária do leste europeu a partir da primeira metade do século XIX, salientada por Hobsbawm<sup>12</sup>, até o *insight* chicodeoliveiriano a

---

<sup>12</sup> C.f. E. Hobsbawm: *The Age of Capital, 1848-1875*. Abacus: London, 2006. Capítulo 10, “The Land”. E. Hobsbawm: *The Age of Empire, 1875-1914*. Abacus: London, 2007. Capítulo 2, “An Economy Changes Gear” (especialmente pp. 48, 51).

respeito dos vendedores de alho e limão nos sinais de trânsito das capitais brasileiras, ou o recente assistencialismo desesperado do Fome Zero, falam todos dessa periferia necessária. E, mais tardiamente no decorrer da história da penetração do capital na produção agrária, o problema fundamental por trás dessas manifestações empíricas continuará aparecendo, embora pelo avesso, sob a forma dos gigantescos subsídios à agricultura na União Européia e Estados Unidos, que são capazes de manter mais barata a força de trabalho – ou melhor, mantê-la em um valor mais ou menos comprável, dadas as exigências de taxas de lucro astronômicas determinadas pelo tumor enorme de uma acumulação tardia – através de uma lógica truncada que dribla a diferença praticamente inexistente de composição orgânica.

A partir da elucidação da lógica de um dos diversos aspectos essenciais da acumulação capitalista – a compra da força de trabalho através do pagamento do salário –, pode-se deduzir, portanto, tanto a importância fundamental da periferia para a acumulação capitalista quanto a tendência à sua manutenção enquanto periferia. Pois, evidentemente, o espaço marginal onde o salário pode ser baixíssimo está fadado a apresentar um reduzido potencial para o desenvolvimento endógeno de acumulação capitalista. Assim, reaparece o tema do comércio colonial e da troca desigual, mas carregado com a bagagem da produção executada em contextos distintos, ou sob graus de desenvolvimento diferentes, os quais não resultam da troca desigual, mas a explicam. Em especial, é possível dizer que essa necessária diferença de desenvolvimento capitalista entre periferia e centro, que apareceu enquanto diferença de composição orgânica, não se manifesta apenas no problema da reprodução da força de trabalho, ou seja, no lado do capital variável, mas se repete, *mutatis mutandis*, no lado do capital constante, em torno das fontes de matéria prima. Esse problema inteiramente capitalista se tornou significativamente visível pela primeira vez no período histórico da manufatura. O complemento da manufatura européia do capitalismo infantil são os modos de produção colonial-escravistas que marcam transversalmente os séculos XVII e XVIII. Em especial, o esquema de exportação para as metrópoles de matérias primas produzidas com o trabalho escravo nas colônias é uma etapa fundamental da acumulação primitiva historicamente entendida. Essas matérias primas representam, para o empreendimento manufatureiro do capitalismo adolescente, a possibilidade de adquirir bens de produção a um valor bastante

menor que aquele que seria transferido para eles caso fossem produzidos no território metropolitano. Assim, empilham-se uma sobre a outra, e somam-se, duas trocas desiguais, e o papel fundamental da periferia se apresenta sob duas formas: não apenas o capital manufatureiro (e mais tarde, o industrial, até certo ponto), aparece sob as bênçãos da diferença de composição orgânica entre o setor que produz os bens de subsistência consumidos pelo trabalhador, e o setor onde a força de trabalho do trabalhador é consumida, como, também, esse mesmo capital manufatureiro (e, mais tarde, novamente, também o industrial, até certo ponto) conta, desde o princípio, e por um longo tempo, com matérias primas que também são produzidas em um setor cuja composição orgânica é menor que aquela do setor onde serão consumidas. A diferença fundamental entre as duas manifestações de desenvolvimento desigual é que, no primeiro caso, trata-se de explorá-lo diretamente, enquanto que, no segundo, trata-se de explorá-lo indiretamente, na medida que o comércio colonial subentende a relação com um outro empreendimento que produz na própria periferia.

Mas a relação com o empreendimento da periferia só tem funcionalidade capitalista específica na medida que se baseia num acesso *privilegiado* ao espaço periférico. Se todas as empresas de um determinado território têm acesso às matérias primas mais baratas provindas da periferia, a tendência é que se forme uma média de *preço* entre aquelas que são mais caras, e produzidas no território nacional, e aquelas que são mais baratas, e produzidas a ultramar. Entretanto, a formação dessa média de preço – a qual, historicamente, tende a se estabelecer de qualquer maneira, na medida que os níveis de acumulação nas metrópoles tornam as transações trans-oceânicas mais numerosas e constantes – vai ocorrer *a despeito* da diferença de valor. Ou seja: se a pauta para o cálculo do *preço* das matérias primas (no caso, sobretudo agrárias) produzidas nas colônias é o preço das matérias primas produzidas na metrópole – onde o preço da terra é muito maior, os custos de produção são muito maiores, e a reprodução da força de trabalho é muito mais cara – então haverá uma margem de lucro que é maior do que o lucro que seria obtido através de uma simples troca capitalista normal: além do lucro que resulta da apropriação de mais-valia através da venda de uma mercadoria, há o “mais-lucro” ou “superlucro” derivado da diferença gigantesca entre as quantidades absolutas de valor cristalizado nas mercadorias produzidas na colônia e aquelas produzidas na metrópole.

## 2.6 Superlucro

Em Marx, o superlucro ou mais-lucro<sup>13</sup> figura de forma significativa na discussão sobre mais-valia relativa e produtividade<sup>14</sup>. Aí, através de análise conceitual e de um exemplo numérico, fica demonstrado que “o valor das mercadorias é inversamente proporcional à produtividade do trabalho”<sup>15</sup>: com maior produtividade, aumenta-se o número de mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho, de tal modo que – levando em conta aumentos proporcionais no valor do capital constante – o valor individual de mercadorias produzidas com maior produtividade do trabalho é menor que o valor individual de mercadorias produzidas com menor produtividade do trabalho. Mas como, com o aumento da produtividade, aumenta o valor do total das mercadorias produzidas – sempre que o número de mercadorias aumente numa proporção maior do que a proporção em que diminui a porcentagem de capital variável em cada mercadoria individual – e, além do mais, é possível vender as mercadorias não pelo seu valor, mas por um valor próximo àquele (mais alto) que reflete a produtividade média, produz-se, com uma mesma quantidade de capital variável, uma quantidade maior de mais-valia do que com a produtividade mais baixa. Desse modo, “o trabalho excepcionalmente produtivo age como trabalho intensificado; ele cria, em períodos iguais de tempo, valores maiores que o trabalho social médio do mesmo tipo”<sup>16</sup>. Isso significa que o capitalista que for capaz de realizar a tal quantidade maior de mercadorias é capaz de realizar uma taxa maior de mais-valia. Quando um empreendimento capitalista em particular aumenta sua produtividade, aparece a possibilidade de realizar um lucro excedente através da diferença entre as taxas de mais-valia. Quando a diferença de produtividade for cancelada por uma generalização dos métodos e da tecnologia, desaparece a diferença da taxa de mais-valia e, com ela, o superlucro. Também vale observar que todo esse esquema pode ser entendido em termos da diminuição relativa do trabalho socialmente necessário – ou seja, “do tempo de trabalho necessário para a produção de uma

---

<sup>13</sup> Para os extremamente doutos: os termos alemães geralmente são *Surplusprofit* e *Extraprofit*.

<sup>14</sup> C.f. *Capital 1*, Parte 3, Capítulo 10 das edições brasileira e alemã / Capítulo 12 da edição inglesa: “O Conceito de Mais-Valia Relativa”.

<sup>15</sup> *Capital 1*, p. 436.

<sup>16</sup> *Capital 1*, p. 435.

quantidade definida de mercadorias”<sup>17</sup>: com uma maior produtividade, a razão entre o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o trabalho total comprado com o salário diminui. Mas quando o aumento da produtividade é tomado não como um traço anômalo de um empreendimento capitalista, e sim como uma tendência geral do conjunto dos empreendimentos capitalistas, esse aumento da taxa de mais-valia não se verifica<sup>18</sup>. Ou seja, o superlucro, aí, é possível enquanto marca de uma diferença anômala de produtividade, ou seja, *um desenvolvimento desigual* entre os processos capitalistas. A lógica do superlucro, assim como a da troca desigual, reaparece com a mesma forma em diversos níveis, desenhando uma espécie de fractal do capital.

Esse desenvolvimento desigual, enquanto aumento anômalo da produtividade do trabalho – aumento esse que, de fato, é expressado no aumento da composição orgânica de capital – representa um dispêndio extra de capital, ou seja, sua expansão. Poder-se-ia dizer, então, talvez, que a troca desigual que resulta da existência de processos capitalistas com níveis de produtividade relativamente anômalos é um fruto da sanha sanguinária subjetiva gananciosa por mais e sempre mais. O caso, entretanto, não é esse. O que qualquer processo capitalista realiza – seja o capitalista um sujeito altruísta e bom, seja o capitalista um sujeito egoísta e mau – é acumular trabalho sob a forma de valor através da apropriação de mais-valia, segundo a famosa formulinha do C-M-C’, onde C é o capital inicial, M é a mercadoria força de trabalho e C’ é tanto maior que C quanto possível. Se o C’ – ou seja, o valor acumulado – é gasto com iates, jogatina, prostitutas de luxo e cocaína – ou seja, “consumido improdutivamente” – ele vira D’, ou seja, dinheiro, simplesmente. Para que uma operação capitalista esteja caracterizada, é preciso que haja reinvestimento na produção. E o reinvestimento é sempre ampliado: afinal, C’ é maior que C. Colocado em termos menos otimistas: a possibilidade de expandir o capital, e a necessidade de fazê-lo, subentende um excesso de capital em um determinado mercado já estabelecido. Na medida que o capital líquido, em forma de dinheiro, se comporta como uma mercadoria emprestada a juros – um elemento necessário para colocar em movimento o capital fixo, a fábrica que já existe mas fica parada sem investimento produtivo –

<sup>17</sup> *Capital 1*, p. 438.

<sup>18</sup> C.f. O esboço da Parte Sete do Volume 1 d’*O Capital*, “Resultados Imediatos do Processo de Produção” (Apêndice do Volume I na edição inglesa), Seção I, “Mercadorias enquanto produtos do capital”.

a oferta excessiva faz com que o preço do dinheiro passível de se transformar em capital diminua – ou seja, o capital passa a não ser capaz de gerar mais-valia em níveis satisfatórios. A possibilidade de que pareça atraente a mobilização desse capital excedente, para investimento em uma empreitada nova e, portanto, envolvendo riscos, deve subentender, portanto, diferenças na taxa de lucro. Ou seja, é preciso que o novo investimento no mercado novo garanta não apenas uma massa maior de lucro (um  $C''$  maior que  $C'$ , sendo que o  $C'$  é maior que o  $C$  de outrora), mas também uma taxa maior de lucro (ou seja, um  $C''/C'$  maior que  $C'/C$ )<sup>19</sup>. Desta forma, pode-se dizer que o processo de expansão capitalista é o processo de busca de uma taxa maior de lucro, ou uma busca por superlucro<sup>20</sup>.

## 2.7

### Breve história do superlucro

O problema das relações comerciais monopolistas, do preço das matérias primas e das diferenças de composição orgânica marca a história das relações entre centro e periferia – a história da construção e universalização do modo europeu ocidental capitalista de socialização. Trata-se, entretanto, de uma universalização e homogeneização que, *ao mesmo tempo*, está em toda parte marcada pela reafirmação e reconfiguração constante da desigualdade, do não-homogêneo, reconfiguração essa que é regida por um peculiar comportamento inclusivo cujo resultado é sempre a criação do marginal. Para tornar adequada e completamente inteligível a civilização capitalista, é imprescindível passar pela etapa de entender que a miséria, a destruição sistemática de vidas, muito mais do que manifestações isoladas, ainda que abundantes, e dotadas de desgraçados contornos empíricos similares, representam conseqüências necessárias e inevitáveis das forças econômicas que regem a expansão e a manutenção dessa forma de reprodução social. E isso está claro desde as origens turvamente capitalistas do capitalismo: é evidente que as etapas de acumulação no período colonial manufatureiro, no que estabeleciam relações de troca desigual e desenvolvimento desigual, canalizando o valor acumulado na direção da

<sup>19</sup> C.f. *Capitalismo Tardio*, p. 76.

<sup>20</sup> C.f. *Capitalismo Tardio*, p. 77.

metrópole, dificilmente poderia resultar o desenvolvimento de um capitalismo endógeno nas colônias. A acumulação de valor na periferia não consegue tomar a forma definitiva de uma acumulação de capital. Por um lado, essa acumulação *depende e é o resultado* da diferença entre as composições orgânicas do processo produtivo periférico e metropolitano; a sofisticação relativamente baixa das benesses da civilização (o que serve como um eufemismo cruel para referir-se, entre outros traços sociais, à escravidão), conforme manifestadas na periferia, é o que dita a possibilidade da metrópole e da empolgante alvorada da modernidade (o que, é claro, inclui a ideologia liberal universalista, a carta dos direitos humanos, etc.). Os volumes mesmos de acumulação na periferia tendem a ser menores que os da metrópole, visto que a quantidade absoluta de trabalho realizada através dos métodos coloniais rudimentares é desde sempre bastante menor que aquela realizada através dos métodos propriamente racionalizados que marcam o surgimento da cultura burguesa – a qual incluía, lado a lado, o *Cravo Bem-Temperado* e a divisão do trabalho na oficina. Assim, é matematicamente impossível desenvolver a manufatura endógena na colônia, repetir no Sul a história do Norte, especialmente quando, a cada poucos meses, aportam navios abarrotados de quinquilharias de primeira-necessidade fabricadas com métodos de produtividade comparativamente altíssima, e portanto reduzidíssimo valor por unidade, contra os quais o tecido fiado com métodos guaranis não tem a menor chance de competir.

É preciso prosseguir para além dessas observações de caráter lógico, entretanto, e enfrentar o fato de que a industrialização da periferia ocorreu. Especialmente porque a análise da história desse processo, longe de constituir um *insight* a respeito da corajosa e sacrificosa superação do subdesenvolvimento, oferece, ao contrário, uma lição dialética sobre como são as coisas. O primeiro ponto a considerar é que, se os níveis e qualidade da acumulação periférica não permitem investimento endógeno propriamente capitalista, tampouco o volume de capital acumulado nas primeiras fases do capitalismo metropolitano tornam viável ou atrativo abrir em ultra-mar filiais do novo modo de reprodução social. Para começar, o exército industrial de reserva tende a aumentar nas primeiras etapas do desenvolvimento do capitalismo metropolitano, em que a produção industrial começa a insinuar-se em sociedades predominantemente agrárias. Claro está que esse desenvolvimento inicial contou com uma lógica de colonização interna e de

desenvolvimento desigual<sup>21</sup>; porém, as relações entre as zonas centrais e as periferias (sejam elas entendidas em termos lógicos gerais – cidade-campo – ou empíricos específicos – Inglaterra-Irlanda, Flandres-Bélgica, Alemanha-Polônia, etc.) não constituíam uma relação entre metrópole e colônia, visto que o que migrava, então, não era o capital, mas a força de trabalho<sup>22</sup>. A acumulação primitiva ocorria sob a forma da destruição, através da competição, da indústria têxtil doméstica<sup>23</sup>. No caso da Grã-Bretanha, que foi a pioneira da indústria capitalista, o quintal dessa destruição foi, primeiramente, o espaço agrário nacional; depois, a Irlanda; durante as guerras napoleônicas, também a América Latina; depois, finalmente, a Índia; e *da capo*. Essa destruição não consistia na exportação de capital, mas de mercadorias. O superlucro da fase liberal era apropriado sobretudo comercialmente, e através de diferenças de produtividade ou composição orgânica: os produtos manufaturados ou industrializados eram trocados por muito mais trabalho que o necessário para produzi-los, visto que os preços do resto da economia estavam pautados pela agricultura e por outras atividades que, comparativamente, empregavam muito mais trabalho por unidade de produto. Ademais, havia espaço para investimento pesado – ou seja, investimento capaz de absorver enorme quantidade de capital excedente em expansão e reprodução ampliada – na própria Europa Ocidental e América do Norte, sob a forma da industrialização progressiva de novas esferas da produção e da construção de ferrovias.

E o empreendimento das ferrovias não constitui apenas um destino capitalista lucrativo imediato para o capital excedente: também funciona como canal de escoamento desse capital excedente, na medida que a existência de uma rede de transportes eficiente permite redução nos custos e nos riscos da implantação de novas operações capitalistas. Isso não significa, entretanto, uma expansão do centro; significa a multiplicação das periferias, como mostram os casos da Itália e do Japão, onde “a importação de maquinário barato, acompanhada da ‘artilharia dos preços baixos’ foi a grande destruidora da produção doméstica”, que desapareceu em certa de dez anos<sup>24</sup>. Onde a produção doméstica era destruída, rompiam-se os liames mais ou menos curtos que ligavam

---

<sup>21</sup> C.f. *Capitalismo Tardio*, pp. 86-89

<sup>22</sup> C.f. E. Hobsbawm: *The Age of Capital, 1848-1875*. Capítulo 11: “Men moving.”

<sup>23</sup> C.f. *Capitalismo Tardio*, pp. 49-50

<sup>24</sup> *Capitalismo Tardio*, p. 53.

as populações à reprodução da sua vida; gerava-se a necessidade de mediar a sobrevivência através da venda da força de trabalho; impunha-se, finalmente, a relação de desigualdade de desenvolvimento entre a reprodução do trabalhador e a produção de mercadorias.

Por si só, entretanto, a difusão das ferrovias não explica a difusão do capital industrial, cujas causas devem estar em demandas e exigências do desenvolvimento do próprio processo produtivo, e de seu efeito sobre o investimento de capital. Uma dessas primeiras demandas é colocada pelo volume gigantesco de emigrantes, saídos da Europa em direção à América do Norte, que reduz muito o exército de mão de obra de reserva no Velho Mundo, causando uma tendência ao aumento dos salários e possibilitando, no lado do proletariado, uma maior organização para a tal luta de classes. Em segundo lugar, a diferença de produtividade entre a agricultura e a indústria, que a princípio funciona como fonte de super-lucro, acaba levando, a longo prazo, a uma situação em que a capacidade do maquinário de consumir matéria prima é maior do que a capacidade das técnicas comparativamente primitivas de produzir matéria prima, o que leva a um aumento do preço da matéria prima. A Guerra Civil Americana – a qual, aliás, através da questão abolicionista, pode ser compreendida, pelo menos parcialmente, como parte do contexto do problema do tamanho da mão de obra de reserva – contribuiu drasticamente para essa tendência. Em terceiro lugar, com a generalização do maquinário a vapor, o capital excedente já não podia ser canalizado pela expansão tecnológica – acaba uma demanda pela produção de máquinas – e se torna capital supérfluo, passível de exportação. Ao mesmo tempo, essa universalização da tecnologia reduz a oportunidade de geração de super-lucro através de anomalias de produtividade, o que significa que a taxa média de lucro na metrópole cai<sup>25</sup>. Isso tudo conduz a uma fase de estagnação do desenvolvimento capitalista, que chega ao seu ápice na década de 1870. E os anos de 1880 verão, então, uma tendência para a volumosa exportação de capital.

O volume dos capitais excedentes exigia taxas de lucro cada vez maiores, e também possibilitava a criação de empreendimentos capitalistas de maior escala – ou seja, capazes de alcançar espaços distantes onde a composição orgânica do capital era muito mais baixa, determinando a possibilidade de obtenção de uma

---

<sup>25</sup> C.f. *Capitalismo Tardio*, p. 81.

taxa de lucro maior. Visto que tal diferença de composição orgânica só pode realmente ser aproveitada quando é acompanhada por um excedente de força de trabalho, essas áreas tinham que ser buscadas fora da zona de influência já afetada pelo desenvolvimento desigual da fase liberal – ou seja, mais além da periferia da Europa, onde os intensos movimentos migratórios já haviam criado um mercado único de força de trabalho. Nessa periferia da periferia, onde matérias primas para a indústria capitalista vinham sendo produzidas com métodos primitivos há já algumas centenas de anos, o capital exportado concentrar-se-ia justamente nos ramos da agricultura e da mineração – ou seja, na mesmíssima produção das matérias primas. Desse modo, o peculiar desenvolvimento que o imperialismo industrial trará nas últimas décadas do século XIX é tal que reafirma a posição periférica e colonial das antigas colônias periféricas – as quais, agora, seriam varridas por revoluções de libertação nacional, importando da metrópole um liberalismo centenário, já tão obsoleto quanto o maquinário da primeira revolução industrial – na medida que consiste em uma manobra de expansão dos termos da troca desigual. Nos primeiros momentos, a entrada do capital sobrando nas periferias de além-mar significou um volume gigantesco de mais-lucro, visto que, ao superlucro derivado das diferenças na composição de capital e de preço da força de trabalho, somou-se o superlucro advindo do preço alto em que as matérias primas se encontravam. Mesmo quando a exportação sistemática de matéria prima desde os territórios coloniais para as metrópoles acabou por provocar uma baixa gradual dos preços das matérias primas, as diferenças de composição de capital e preço da força de trabalho, entretanto, continuaram atuando na formação de um superlucro.

“Quando a produção capitalista de mercadorias conquistou e unificou o mercado mundial, não foi criado um sistema uniforme de preços de produção, mas um sistema diferenciado de preços nacionais variados e preços de mercado mundial unificados”<sup>26</sup>. A estrutura do sistema diferenciado – a qual, na fase anterior, havia possibilitado o super-lucro no interior dos mercados nacionais – é o que possibilita o super-lucro na fase imperialista. E na medida que tal sistema diferenciado de preços depende, em última instância, de uma variação entre os níveis de produtividade do valor nos diferentes países, o imperialismo e a

---

<sup>26</sup> *Capitalismo Tardio*, p. 83.

comunicação de mercados que em seu contexto se estabelecem não proporciona um desenvolvimento capitalista mundial que tende à homogeneização. Ao contrário, o imperialismo “congelou e intensificou as diferenças internacionais na composição orgânica do capital e no nível das taxas de lucro”<sup>27</sup>. Assim, “em última instância, as manifestações do imperialismo devem ser explicadas pela falta de homogeneidade da economia mundial capitalista”<sup>28</sup>. Na medida que, conforme se estabeleceu, o superlucro deve ser entendido como a razão de ser da acumulação capitalista, e também tendo em vista que ele depende da manutenção e intensificação das diferenças de desenvolvimento técnico e especialização produtiva, é legítimo dizer que “a própria acumulação de capital produz o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes de um movimento desigual e combinado do capital. A falta de homogeneidade na economia capitalista é um resultado necessário do desdobramento das leis de movimento do próprio capitalismo”<sup>29</sup>. “O desenvolvimento e o subdesenvolvimento reciprocamente determinam um ao outro, pois se a busca de mais-lucro constitui o motor primário por trás do mecanismo do crescimento, o mais-lucro só pode ser alcançado às custas de países, regiões ou ramos de produção menos produtivos. Assim, o desenvolvimento só tem lugar concomitantemente ao subdesenvolvimento”<sup>30</sup>.

O motor do capital é o superlucro e a troca desigual, cujo fundamento é a diferença de composição orgânica entre os setores ou espaços em que se realiza a troca. O resultado da diminuição dessa diferença, deste modo, não pode ser o desenvolvimento universal e o capitalismo equânime: será, isso sim, a diminuição da possibilidade do superlucro, e a impossibilidade das periferias de absorverem capital metropolitano sobrando além de um certo ponto. Esse ponto vai chegando na medida que aumenta a parte do valor das mercadorias em geral que é determinada pelo valor das matérias primas. E isso ocorre porque a parte do valor das mercadorias em geral que é determinada pelas máquinas, por um lado, e pelo trabalho, por outro, diminui. O aumento da produtividade que é o resultado esperado de qualquer investimento capitalista em tecnologia produtiva faz com que aumente o número de mercadorias produzidas com respeito ao ciclo de

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> *Capitalismo Tardio*, p. 84.

<sup>29</sup> *Capitalismo Tardio*, p. 85.

<sup>30</sup> *Capitalismo Tardio*, p. 102.

produção anterior. Esse aumento significa que, para cada unidade do produto, haverá menos trabalho humano e menos trabalho mecânico. O único fator determinante do valor final da mercadoria que está fora do alcance dos investimentos que um capitalista faz em seu processo produtivo é o valor das matérias primas, as quais ele precisa adquirir, e cujo preço está determinado por proporções de valor que – antes do advento da integração vertical – ele não pode influenciar diretamente. Deste modo, o momento seguinte ao da introdução do capital industrial na periferia colonial, portanto, é tal que configura, paradoxalmente, a exigência de que se baixe mais ainda os gastos com o único elemento que entra na determinação do valor da mercadoria, além do trabalho e do maquinário: as matérias primas.

Cada grande ciclo de investimento de capital na periferia colonial possibilita uma nova queda dos preços das matérias primas e, assim, uma nova fase de crescimento para a indústria de bens de consumo metropolitana. A exportação de capital na fase imperialista causa a incorporação de dispositivos infra-estruturais tipicamente modernos (eletrificação, ferrovias, etc.) no processo produtivo periférico e, além disso, introduz padrões de intensidade e organização do trabalho que resultam em um aumento da produção nos setores das matérias primas. Esse tipo de investimento causou (com o aumento da produtividade) uma diminuição temporária no preço das matérias primas; mas sua diferença qualitativa com respeito ao investimento de capital na metrópole inevitavelmente levou a um novo aumento desses preços a longo prazo, devido à diferença entre as capacidades produtivas no centro e na periferia. A produção de matérias primas de perfil tipicamente periférico e a diferença de composição orgânica “deixa de ser uma fonte de superlucro através da exploração da força de trabalho barata, e torna-se, ao contrário, um obstáculo para a expansão ulterior do capital”<sup>31</sup>. Esse obstáculo gera um excedente de capitais, o qual faz com que, depois da crise de 1929, pareça necessário (e também possível) industrializar a produção de matérias primas nas periferias coloniais. Porém, essa industrialização está fadada a completar-se bastante rápido, também: ela faz com que desapareça a vantagem relativa que há em ser um país do Terceiro Mundo, ou seja, diminui as diferenças de composição orgânica. No fim das contas, acaba parecendo muito mais seguro e

---

<sup>31</sup> *Capitalismo Tardio*, p. 62.

interessante investir em maquinário pesado e caro na própria metrópole. Para encurtar a história, contemos logo que o seu fim é a indústria petroquímica e a produção sintética de uma série de matérias primas dentro do espaço da própria metrópole. O mercado de exportações desde a periferia para o centro diminui. Sobrevêm graves e profundas perturbações econômicas nos espaços periféricos – tão graves que causaram a necessidade de interferir politicamente nesses espaços de modo a preservá-los como mercados, num processo que jamais chegou a tornar-se suficientemente inteligível e familiar às populações sul-americanas, coreanas, vietnamitas, etc., não obstante terem-na vivido na carne.

## **2.8 Breve história da superprodução**

A acumulação primitiva de capital durante o período imperialista – a exploração do superlucro advindo do desenvolvimento desigual e a continuada e mais ou menos meticulosa destruição dos processos endógenos de reprodução social nas periferias – resultou, ao fim de várias décadas<sup>32</sup>, numa nova reviravolta da lógica do mercado internacional e, em sentido mais amplo, da interação entre os espaços do centro e da periferia através da troca desigual em suas diversas modalidades. O que é preciso entender, nesse contexto, é a linearidade da lógica rude que transforma o bum de expansão industrial metropolitana ocasionado pela renovação das técnicas produtivas nas colônias no início da era imperialista em uma crise de hiperdisponibilidade de capitais (1929) e, subseqüentemente, numa revolução tecnológica permanente – ou seja, o movimento profundo que transforma a superprodução dos bens de consumo da fase liberal em superprodução de capital na fase imperialista, e essa, posteriormente, em superprodução de meios de produção. O caráter cíclico dessas crises de superprodução é inevitável, o que se torna claro quando se explicita a natureza das

---

<sup>32</sup> Estamos falando aí dos idos de 1870 até um pouco depois da Segunda Guerra.

soluções encontradas para elas<sup>33</sup>, e a razão por trás da alteração do caráter de cada uma delas com relação à anterior.

A fase liberal, enquanto continuação intensificada da lógica do período manufatureiro, consiste sobretudo na industrialização dos setores de produção de bens de consumo – setores esses que formam, em conjunto, o que o velho Marx chamava de Departamento II. Essa industrialização, evidentemente, dependeu e fomentou o desenvolvimento de empreendimentos e técnicas de produção de maquinário – o que cai, junto com a produção de matérias primas, sob a égide do Departamento I, onde se produzem os bens de produção. Essa primeira revolução industrial, entretanto, ainda não contou com o advento de máquinas capazes de produzir máquinas, e essa limitação técnica ditava um padrão de investimento capitalista: o capital acumulado através da venda de máquinas – ou seja, o capital acumulado no Departamento I – não era re-investido no Departamento I, mas sim transferido para o Departamento II – ou seja, empregado na compra de máquinas de produzir bens de consumo. Não quer dizer que as empreitadas produtivas no Departamento I não absorvessem capital; no entanto, a produção de máquinas se dava através de processos comparativamente rudimentares e artesanais que contavam com uma baixa composição orgânica de capital – algo que se aplica com igual peso ao complexo de questões envolvendo os outros setores do Departamento I, nos quais se produziam as matérias primas para a produção. Isso significa não apenas que havia uma troca desigual entre os departamentos, mas também que se implantou uma diferença significativa entre as taxas de lucro a serem obtidas no Departamento I e no Departamento II. Taxas de lucro altas dependem de uma alta capacidade de explorar o trabalho, o que depende da intensidade do trabalho, a qual é diretamente proporcional à composição orgânica<sup>34</sup>. Assim, era mais atrativo investir o capital acumulado no Departamento I como resultado da venda de maquinário no Departamento II. Da mesma forma, não parecia atrativo fazer o capital acumulado no Departamento II migrar para o Departamento I. Ora, com isso, o volume de investimento no Departamento II

---

<sup>33</sup> O presente texto não empreenderá uma análise histórica do problema das crises cíclicas, porque esse trabalho já foi feito (c.f. *Capitalismo Tardio*, Capítulo 4); trata-se, antes, de tentar elucidar de forma mais ou menos abstrata a sua lógica.

<sup>34</sup> O superlucro – ou seja, a diferença gritante de taxa de lucro – é o fruto de uma diferença *excepcional* ou *anômala* de composição orgânica, alcançada por um setor, uma empresa ou por um número reduzido de empresas. A generalização do aumento da composição orgânica não leva, entretanto, a um aumento geral da taxa de lucro, mas sim a uma queda geral da taxa de lucro.

tendia a aumentar exponencialmente, o que gerou uma crise de superprodução de meios de consumo.

Além das deflações abruptas, a estagnação e as crises sociais, a superprodução liberal de bens de produção engendrou o imperialismo. Em meio a um universo de fatores populoso demais para ser abordado em um único gesto intelectual, a falência de numerosas empresas e o barateamento geral da força de trabalho favoreceram uma grande onda de concentração de capital. O padrão de investimento, então, altera-se devido ao próprio volume de capital que se torna possível mobilizar para um único investimento produtivo. Ocorre a tal migração de capital para a periferia, que causa o aumento de produtividade de matérias primas, e uma ligeira diminuição na diferença entre as composições orgânicas do Departamento I e do Departamento II. A despeito dessa diminuição de diferença, o caráter monopolista das relações coloniais – a qual possibilitava um controle impositivo de preços a despeito das diferenças de valor – e o aumento da produtividade de matérias primas faz com que elas baixem relativamente de preço. Torna-se possível um novo boom de produção na metrópole. As inovações tecnológicas relacionadas sobretudo à eletrificação, apropriadas pelos enormes volumes de capital concentrado disponível para investimento, possibilitam uma transição tecnológica que absorve (no Departamento I) as grades quantidade de capital acumulado: há uma re-industrialização na metrópole, o que inverte a relação de diferença entre as composições orgânicas dos dois departamentos. A fase imperialista será marcada pelo perfil vulcânico de empresa. Dá-se o crescimento gigantesco, relativamente à fase anterior, da quantidade mínima de capital necessário para competir. A exportação não apenas de bens de consumo, mas de capitais, se estabelece como uma constante<sup>35</sup> – sendo essa uma prática, aliás, que subentende justamente os altos graus de acumulação e capacidade de giro, logística e financiamento<sup>36</sup>. Mas a expansão do mercado capitalista imperialista – um mercado capaz de absorver capital, além de mercadorias – logo encontra limites. O próprio caráter monopolista das relações estabelecidas com as colônias, bem como os níveis altos de concentração necessário para

---

<sup>35</sup> Hobsbawm acentua, entretanto, que, em termos de volume de capital, e devido ao caráter monopolista das relações com a periferia, grande parte dos investimentos internacionais da fase imperialista ocorreram entre as próprias potências metropolitanas. C.f. E. Hobsbawm: *The Age of Empire, 1875-1914*, pp. 73-74; p. 355.

<sup>36</sup> C.f. *Capitalismo Tardio*, p. 188.

empreendimentos desse tipo, já determinam, na época da Grande Depressão, uma queda na capacidade das colônias de absorverem capital.

## 2.9 Capitalismo Tardio

A re-industrialização da metrópole na fase imperialista tem perfis ciclóticos. As novas máquinas produzidas são gigantescas, o que está em proporção com as quantidades gigantescas de capital acumulado por empresas individuais. Quantidades gigantescas de capital requerem uma gigantesca realização de mais-valia sob a forma de mercadorias. Ainda não se estará falando das unidades produtivas da segunda metade do século XX, capazes, cada uma, de produzir talheres ou palitos de fósforo para abastecer um pequeno país do leste europeu, mas essa possibilidade começa a ser mais ou menos vislumbrada. No período imperialista – ou seja, antes do advento efêmero de uma sociedade de consumo onde o proletário se torna esse grande realizador da mais-valia que lhe é expropriada, fase essa que só durou até que a realização da mais-valia se tornasse ela mesma dispensável –, esse gigantismo só podia realizar-se devidamente sob a forma do investimento no Departamento I: o investimento na produção de máquinas, numa esfera que trabalha sempre com volumes enormes de capital. Tal tendência, então introduzida, expressa de forma especialmente clara uma das faces essenciais da sociedade capitalista, a intensificação do trabalho através da tecnologia. Mas o comportamento social geral do investimento capitalista com respeito à máquina, depois da fase imperialista e através dela, altera-se substancialmente. Após a crise de superprodução de capitais no final da fase imperialista, a industrialização como manobra automática de absorção de capital excedente causa uma verdadeira inversão na lógica que havia sido inaugurada na fase liberal. Não é a produção de bens de consumo que estimula o desenvolvimento de novas tecnologias: ao contrário, a produção de bens de produção – as quantidades gigantescas de capital mobilizadas nesses setores – é que colocará exigências sobre a produção de bens de consumo.

A partir desse ponto, fica claro que, em termos do seu projeto civilizatório, o capital amadureceu além da conta. É verdade que sua função econômica primária nunca foi a satisfação de necessidades, mas sim a acumulação de trabalho sob a forma de mais-valia. Entretanto, o papel da produção do Departamento II – a produção de bens de consumo – e, com isso, a importância econômica da satisfação das necessidades se torna, especialmente depois da segunda revolução industrial, extremamente periférico, e, por fim, converte-se completamente em uma função secundária da obtenção de superlucro através da renda tecnológica, que é o dispositivo empírico por excelência para geração de superlucro na fase que, com boa vontade crítica, pode ser chamada de capitalismo tardio. Consiste, a tal renda tecnológica, no monopólio constante e renovado de avanços técnicos constantes e renovados – monopólio esse que é possibilitado, seja pelo tamanho dos investimentos mínimos necessários, que reduz sempre os competidores a um pequeno punhado, seja por acordos entre empresas ou pelo controle de patentes. E essa tentativa constante e generalizada de monopolizar nova tecnologia dá o tom de uma forma específica de superprodução: na fase liberal, tratava-se da superprodução de bens de consumo; na fase imperialista, de mais-valia ou capital; no capitalismo tardio, tratar-se-á, predominantemente, da superprodução de meios de produção (combinada, evidentemente, às formas anteriores)<sup>37</sup>. O ciclo de superprodução de capitais da fase imperialista, através da atuação da intensiva pesquisa tecnológica, sofre um *upgrade*: os capitais superproduzidos serão, agora, superabsorvidos.

Esse monopólio da inovação tecnológica, por si mesmo, não é, evidentemente, uma novidade na história do capitalismo e da exploração do trabalho através da máquina: veja-se, por exemplo, as discussões do próprio Marx sobre a mais-valia relativa e a obtenção de lucro excedente. O que é novidade no capitalismo tardio é o caráter qualitativamente fundamental que a inovação tecnológica assume, caráter esse que é consequência do volume quantitativamente monumental de valor com o qual as operações capitalistas começam a trabalhar. A acumulação empreendida ao longo da fase imperialista lega às gerações posteriores montantes de capital que só encontram lugar para sua absorção na construção de operações gigantescas de exploração do trabalho, contando com um

---

<sup>37</sup> C.f. *Capitalismo Tardio*, p. 193

maquinário enorme e pesadíssimo. Diante dessa mobilização de capital sob a forma fixa, a ênfase na função do trabalho que corresponde à transferência de valor aumenta com relação à da criação do valor. Contribui na mesma direção o legado de automação industrial acumulado ao longo dos séculos, mas subitamente multiplicado infinitamente pelo advento da microeletrônica: nessa época, marcada por uma altíssima composição orgânica do capital, a criação de mais-valia através de acumulação de trabalho como fonte do lucro por excelência, nas priscas eras do período liberal, necessariamente dá lugar à luta por apropriação de mais-valia, ou a uma divisão do pouco trabalho acumulado, a qual funcionará segundo o mote “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Ora, é evidente que um dos termos necessários para a luta por *apropriação* de mais-valia – e, também, portanto, uma das exigências para a existência de lucro frente ao feito histórico da automação da produção – é que a mais-valia seja *criada* em algum lugar. Assim, a tentativa de definir o capitalismo tardio através dos termos da crítica da economia política marxista, e levando em conta os problemas da teoria do valor, envolve um movimento conceitualmente paradoxal. O desconforto envolvido nesse movimento – a discreta comichão intelectual da suspeita subjetiva de inadequação – tem que ser registrada cuidadosamente: ela aponta para o limite dos termos daquela teoria. Esse limite precisa ser encarado com calma e sangue frio, como se fôssemos gente grande: pois ele não indica apenas que a teoria do capital ficou velha – ou seja, que o conceito não corresponde mais ao objeto –; pode significar, também, que o capital mudou – ou seja, o objeto não corresponde mais ao seu próprio conceito.

Em outros termos: *ainda que* o fenômeno capitalista tardio típico seja a composição orgânica alta, a automação do processo produtivo, a renda tecnológica, e a apropriação de mais-valia, não é *possível* conceber capitalismo sem exploração do trabalho, de modo que *deve haver* criação de mais-valia em algum lugar. Contudo, esse “deve haver” precisa ser entendido como aquilo que ele é: o suspiro desesperado de uma consciência teórica que espera vaidosamente que a única teoria de que dispõe não tenha caducado – ou seja, espera que o capital ainda esteja firme e forte, porque é melhor imaginar o capital sugando o sangue do proletariado do que se imaginar como um intelectual que não consegue intelectualizar. Por outro lado, parar diante dessa situação constrangedora não significa necessariamente jogar as mãos para o auto no típico gesto pós-moderno

de re-valorização da teoria através da entrega afável ao ininteligível: significa, isso sim, tornar esponjosos os conceitos da crítica da economia política, e permitir que eles se inundem com o líquido ácido e putrefato que mana dos poros da pupa desta besta rude em processo de metamorfose. É preciso, em outros termos, definir de forma bamboleantemente implacável os termos em que o capitalismo tardio se apresenta: é um fenômeno de crise, e essa crise não vai ser superada pela sua mera enunciação, como queriam tanto os kautskianos quanto os lukacsianos de outrora (e continuam querendo os ontólogos do trabalho de hoje). A noção de um sistema que prima não pela produção de mais-valia, mas sim pela apropriação de mais-valia, tem que ser tomada, assim, em seu caráter eminentemente crítico. E não se trata de uma crítica bem-comportada que chora as mágoas e incita as massas – aquele tipo de crítica muito popular desde a redescoberta dos manuscritos parisienses, e que procura fundamentar a revolução através de teorias sobre o ser, como se o que faltasse fosse fundamentação. Trata-se de uma crítica construída como apreciação sísmica que, assim como os traços agudos e rasgados na cartela de um leitor de terremotos, acaba copiando o objeto, ao invés de apenas representá-lo. Essa cópia é tal que entrega uma imagem do real que tenta ser (apenas) tão solúvel e passageira quanto o próprio real: é uma imagem histórica fortemente contraditória, à qual não é fácil adicionar novas imagens de espécie pacífica que desenhem uma vitória inevitável e uma solução pastoral. As únicas produções espirituais que conseguem conviver com essa imagem, e que podem ser ajuntadas a ela, são os prognósticos extremamente sombrios, e os sonho altíssimo que consigam sobreviver ao reconhecimento da dificuldade específica que é pensar para além do capital em escombros.

Assim, é preciso dizer que a difusão da automação e os altíssimos níveis de capital absorvidos pela constante renovação tecnológica fazem com que, por um lado, o processo de criação de mais-valia deixe de ser característico do capitalismo (o qual, nesse contexto, é capitalismo tardio) mas, por outro lado, exige que a criação de mais-valia ainda exista e seja central à acumulação. Apelando aos termos do modelo de Marx, e tentando dar sentido às coisas, dir-se-á que a mais-valia continua a ser criada através da exploração do trabalho e acumulação do mais-trabalho em determinados setores da produção – aqueles comparativamente menos automatizados. Na relação entre as empresas mais automatizadas e as menos automatizadas, o que ocorre é o bombeamento da mais-

valia produzida pelas últimas para uma vala comum de onde tanto elas mesmas quanto as primeiras absorverão, posteriormente, o valor excedente que contabilizará o lucro. Na ilustração de um loquaz exemplo empírico amavelmente fornecido por um companheiro de perplexidades: “se, para fazer um automóvel é preciso de pneu, e a fábrica de pneus é totalmente automática, então o lucro da fábrica de pneus é dedução do lucro da fábrica de automóveis”<sup>38</sup>, dedução essa que será empiricamente manifesta através da mecânica de preços que se estabelecerá através das transferências de mercadorias entre os setores produtivos.

Ora, o que está por trás dessa distribuição da massa total de mais-valia produzida é uma diferença de níveis de automação, ou seja, uma diferença da relação entre capital constante e capital variável – ou seja, uma diferença de composições orgânicas. E a obtenção de lucro através de diferença de composição orgânica não é uma novidade histórica: ela é o fundamento do superlucro por ela regido e possibilitado, desde a organização das manufaturas que, na erma charneca do Lancashire, conectavam-se com as plantações de algodão norte-americana, até as relações entre a Polônia agrário-exportadora e a industrialização imperialista Prussiana. A diferença, entretanto, é que a automação faz com que o superlucro não seja aquela exceção perpetuamente buscada, mas se constitua como a única regra possível. Em termos da teoria do valor, o desenvolvimento desigual entre setores produtivos de que depende o lucro pós-imperialista é tal que não coloca em relação setores com diferentes produtividades do trabalho: relaciona, isso sim, setores onde o trabalho produtivo é insignificante com setores onde ele vai do comparativamente menos insignificante até o fundamental. O lucro de umas poucas empresas dos setores automatizados não é aumentado ardilosa e excepcionalmente pela troca desigual, como ocorria outrora: esses setores como um todo dependem fundamentalmente da troca desigual. Para esses setores, não há lucro: há apenas superlucro.

Mas será que essa economia abissalmente olímpica, construída sobre os polpudos alicerces do monopólio imperialista, pode computar acréscimo de valor correspondente ao seu volume gigantesco de investimento unicamente através do trabalho acumulado em certas montadoras de carros onde se emprega alguns apertadores de botões ou das oficinas de tênis de marca nas favelas indianas?

---

<sup>38</sup> M. L. Botelho: Correspondência Particular para o Autor (“Re: Questão bastante carnavalesca”). 16/02/2009 2:44 AM

Mais importante que responder essa pergunta é verificar que sua resposta efetivamente não importa para o funcionamento concreto do capitalismo tardio. Em termos hipotéticos, deve ser *possível* quantificar o valor total do maquinário sendo empregado na produção capitalista em todo o mundo durante um determinado período, bem como o valor total do trabalho humano sendo despendido neste mesmo período, e, comparando a relação entre os dois com uma taxa média de lucro computada por determinados dispositivos de controle, em função de um índice qualquer de produtividade do trabalho, determinar se o sistema está rodando em falso ou não. Deve ser *possível* fazer isso porque, de fato, o valor de que nos fala Marx é uma quantidade e uma relação entre quantidades de tempo de trabalho abstrato, e continuará sendo ainda que nenhum capitalista jamais se preocupe ou tenha se preocupado em quantificá-lo nos termos de Marx. Entretanto, em seu funcionamento concreto, o capitalismo não depende de qualquer verificação empírica da lei do valor para seguir rodando. As quantidades de lucro que são projetadas no dia-a-dia dos créditos e dos investimentos não estão amparadas em taxas medidas em termos de valor, mas em taxas medidas em termos de preço, e o fato mesmo de que o lucro total de todas as empresas funcionando no sistema vem de um fundo comum para o qual contribuem apenas aquelas empresas que empregam trabalho produtivo é totalmente irrelevante para tais projeções. Na vida empírica do capital, a diferença entre o mercado onde se praticam preços determinados pelos mecanismos oferta e procura, de um lado, e o processo produtivo onde se constroem valores determinados por relações entre capital constante e capital variável, de outro, é anulada pela ficcionalização de capital, ou seja, pela conversão das projeções de crescimento em títulos de dívida, e a conversão de títulos de dívida em mercadorias valorizáveis. Através das negociações com esses papéis, as próprias projeções de crescimento – ou seja, aquilo que, desde a teoria do valor, aparecem como as próprias equivalências entre os preços e os valores – são sujeitas a especulações ulteriores a respeito do crescimento e da realização delas mesmas. Quando tudo dá certo, a reconversão dos efeitos dessas especulações em papel-moeda garante multiplicações sucessivas da quantidade de valor existente. E se essa multiplicação tem como um traço fundamental sua aparente indiferença ao trabalho produtivo, o caráter de aparência dessa indiferença expressa de forma adequada o estatuto periférico do

trabalho produtivo, com relação ao qual o capital se comporta de forma cada vez mais frívola e casual.

Assim, quanto maior a quantidade de capital mobilizada (e constantemente re-mobilizada) sob a forma de capital constante fixo, mais a natureza necessariamente superlucrativa da operação capitalista tardia exige que o relacionamento entre a empresa e os demais fatores da produção seja flexível, móvel e relativizável. Fornecedores, trabalhadores e consumidores precisam ser passíveis de serem buscados diretamente em qualquer lugar do mundo, e sempre em resposta rápida a flutuações do mercado. Chega-se ao ponto, de fato, em que se torna possível e necessário construir estruturas produtivas físicas – fábricas, dispositivos infra-estruturais, aparatos administrativos – de uma hora para outra, no intuito de aproveitar condições especialmente boas de exploração ou realização, ocasionada por alguma violenta flutuação no fluxo de capitais, e depois, destruir ou abandonar essas estruturas de maneira igualmente súbita, ocasionando uma nova flutuação econômica violenta<sup>39</sup>. A comparação envolve um clichê; mas o capital como um todo – sua ladainha repetitiva e antiga – se tornou um clichê, também: ao registrar nesses termos o comportamento das empresas multinacionais contemporâneas, é difícil resistir à sua associação com chalupas piratas pequenas e ágeis, pilhando em série o litoral de algum Mar do Caribe (ou Golfo da Somália) universalizado. A envesada generalização do superlucro faz com que a acumulação primitiva, essa constante atemporal do capital, se manifeste em sua fase tardia com contornos *empíricos* reminiscentes ao da sua primeira infância.

---

<sup>39</sup> Tal desmantelamento das estruturas físicas, longe de ir contra a tendência enunciada da mobilização de grandes quantidades de capital como capital fixo, é um momento dessa mobilização, e uma manifestação da perpétua re-inversão e obsolescência do maquinário na terceira revolução industrial.